

CARTA DO DESPORTO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Preâmbulo:

A Conferência de Ministros responsáveis pelo Desporto dos Países de Língua Portuguesa, reunida em Bissau, nos dias 26 e 27 de Fevereiro de 1993, na sua terceira reunião formal;

Convencida que o Desporto, nas suas diferentes formas, contribui para o desenvolvimento e preservação das qualidades físicas, intelectuais e morais do Ser Humano, melhorando assim a qualidade de vida deste;

Lembrando o papel do Desporto como veículo privilegiado de aproximação entre os Povos e os indivíduos, reforçando valores como a entrega desinteressada, a solidariedade, a fraternidade, o respeito e a compreensão mútuos e o reconhecimento da dignidade e integridade dos seres humanos;

Considerando, igualmente, que através do Desporto se reduzem as distâncias, não só físicas, mas também aquelas que são resultado dos diferentes estádios económicos, assumindo os países em conjunto o compromisso de tudo fazer para minora-las;

Considerando a importância de, também através do Desporto, contribuir para o aproximar dos indivíduos do meio natural, no mais profundo respeito pelos recursos do planeta, despertando a preocupação de utilizar e preservar esse património comum para o maior proveito de todos e gerações futuras;

Tendo em conta e respeitando integralmente as diferenças existentes, entre os povos e culturas, mas convencidos de que a Língua que partilham, mais do que qualquer outro elemento, se constitui como referencial de identidade e factor de aproximação;

Sublinhando a importância para a paz, aproximação entre os povos e a estabilização das sociedades, da cooperação nacional e internacional entre as organizações governamentais e não governamentais relacionadas com o Desporto;

Resolvem adoptar a presente Carta, com o objectivo de colocar o Desporto, nos seus países, ao serviço do desenvolvimento do ser humano, da melhoria das suas condições de vida e de reforçar os laços históricos existentes entre os seus povos.

Artigo 1º

Objectivos

Tendo em vista a promoção e o desenvolvimento do Desporto, os países adoptarão as medidas necessárias para levar a efeito as disposições da presente Carta com o objectivo de:

1. Tornar a prática do Desporto tão acessível quanto possível às suas populações, assegurando àqueles que manifestem o desejo e possuam as aptidões necessárias, a possibilidade de melhorar o seu nível de prática e de realizar o seu potencial de desenvolvimento pessoal, alcançando níveis qualitativos publicamente reconhecidos.
2. Proteger e salvaguardar as bases morais e éticas do Desporto, e da dignidade humana daqueles que participam ou que se encontram envolvidos na prática desportiva.

Artigo 2º

Definição e Campo de aplicação

1. No âmbito da presente Carta: entendemos por Desporto todas as formas de actividade física, jogo, desportos, e a competição em todos os seus níveis, actividades de ar livre, expressão corporal, jogos tradicionais e actividades de manutenção e melhoria da condição física;
2. A presente Carta constitui um documento complementar relativamente aos princípios éticos e às directrizes que figuram em textos similares de diferentes organizações internacionais.

Artigo 3º

Movimento Desportivo

1. Para assegurar a consecução dos objectivos da presente Carta, será necessária uma cooperação estreita com as organizações desportivas não governamentais.

2. Será necessário encorajar o desenvolvimento do espírito associativo e do voluntariado no desporto, favorecendo a acção das organizações desportivas sem intuítos lucrativos.
3. As organizações desportivas não lucrativas têm o direito de estabelecer os mecanismos de decisão autónomos no quadro da ordem jurídica interna de cada um dos países. Tanto os Governos como as organizações desportivas deverão reconhecer a necessidade de respeitar mutuamente as suas decisões evitando toda a ingerência por razões políticas ou por quaisquer outras.
4. As organizações desportivas devem ser encorajadas a estabelecer relações com outros parceiros da sociedade civil, na angariação de recursos para a sua actividade junto dos meios empresariais, sindicais, bem como de associações e fundações, dos órgãos de comunicação social, etc., sem que daí resulte uma exploração comercial do Desporto ou dos desportistas.

Artigo 4º

Instalações Desportivas

1. O acesso ao Desporto e às instalações desportivas deve ser assegurado sem distinção de sexo, raça, etnia, língua, religião, opção política, nacionalidade, situação económica, ou qualquer outra forma de discriminação, designadamente física e mental.
2. A dimensão, a diversidade e a acessibilidade das instalações, bem como a sua planificação deverão ser consideradas como de interesse público e como tal serem assumidas pelas autoridades nacionais.
3. A construção de instalações desportivas deverá respeitar as exigências nacionais, regionais ou locais, e garantir a possibilidade de uma boa gestão no sentido da sua plena utilização em completa segurança.

Artigo 5º

Bases para o Desenvolvimento

As partes tomarão medidas apropriadas para o desenvolvimento da condição física dos jovens e para os motivar para a prática do Desporto, nomeadamente:

- zelando para que a Escola disponha em todos os seus níveis de programas apropriados de Desporto, bem como de tempo e instalações para os concretizar;
- assegurando para todos os níveis de intervenção a formação de professores e técnicos desportivos qualificados;
- oferecendo a possibilidade de continuar a prática desportiva após o período escolar obrigatório;
- encorajando relações apropriadas entre as escolas e outros estabelecimentos de ensino e os clubes desportivos locais;
- facilitando e desenvolvendo as possibilidades de acesso às instalações desportivas pelas escolas e pelas colectividades locais;
- encorajando uma corrente de opinião na qual os pais, os professores, os treinadores e os dirigentes estimulem os jovens à prática regular da actividade física;
- zelando para que uma iniciação dentro dos princípios da ética desportiva seja dispensada aos jovens desde os primeiros níveis.

Artigo 6º

Incentivos à prática

1. Por forma a promover a prática das actividades desportivas, sejam elas do domínio da recreação ou do rendimento, deverão ser oferecidas às populações instalações e programas desportivos adequados, bem como quadros qualificados para o enquadramento dessas actividades.

2. Deverá ser tornada possível a prática de actividades desportivas e recreativas de ar livre, utilizando a natureza e os planos de água, dentro dos princípios de uma gestão equilibrada que garanta o respeito pelo meio ambiente.
3. Deverá ser encorajada a prática de actividade desportiva nos locais de trabalho, a qual será considerada como parte integrante de uma política desportiva equilibrada.
4. A prática do Desporto de Rendimento será apoiada e encorajada através da disponibilização de meios apropriados, como sejam instalações, quadros técnicos, dirigentes e estruturas associativas adequadas, bem como apoio médico e científico.

Artigo 7º

Apoio à Alta Competição

Serão desenvolvidos pelos países formas de apoio directo ou indirecto, aos desportistas que manifestem qualidades excepcionais, por forma a possibilitar-lhes desenvolver, tanto quanto possível as suas qualidades físicas e humanas, dentro do respeito pela sua personalidade e integridade física e moral. Este apoio dirá respeito a aspectos que deverão ir desde a detecção de talentos até à garantia de uma educação equilibrada em todos os domínios, no sentido de garantir no termo deste percurso uma saída profissional para o final das suas carreiras desportivas.

Artigo 8º

Quadros técnicos

1. Será encorajado o desenvolvimento de cursos de formação em Desporto, em todos os níveis e categorias da actividade, ministrados por organismos competentes, os quais deverão ser concebidos por forma a darem resposta às necessidades dos participantes sejam eles profissionais ou não profissionais.
2. Os países diligenciarão no sentido de que todos os agentes ligados à prática das actividades desportivas possuam qualificações apropriadas, por forma a garantir a protecção da saúde e segurança das pessoas a seu cargo.

Artigo 9º

Financiamento

Os poderes públicos central, regional e local procurarão garantir a afectação dos recursos que permitam a consecução dos objectivos da presente Carta, em complementaridade aos esforços que as organizações ligadas ao Desporto deverão realizar no sentido da mobilização de meios suplementares.

Bissau, 27 de Fevereiro de 1993.